



**Instituto de Previdência do Estado
do Rio Grande do Sul**
Av. Borges de Medeiros, 1945
Ala sul - Bairro Praia de Belas,
Porto Alegre

IPE PREV
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA 2022

Diego Souza Mendonça
Certified Internal Auditor
Assessor de Controle Interno



**GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL**



PROPÓSITO

O propósito deste documento é estabelecer um plano de trabalho para o Órgão de Controle Interno do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE PREV para o ano de 2022. O plano define as áreas priorizadas a serem abordadas mediante a execução de trabalhos de avaliação e de consultoria. Ele define expectativas para o Órgão de Controle Interno para o período a que se refere e direciona a alocação de recursos. O Plano ainda serve de critério para prestação de contas e avaliação de desempenho do Órgão de Controle Interno perante o Conselho de Administração e outras partes interessadas.

Para a elaboração do Plano, o responsável pelo Órgão de Controle Interno

- Considerou o Plano Estratégico do IPE PREV para o período de 2020-2023.
- Realizou uma avaliação preliminar das diversas áreas do IPE PREV com base em entrevistas e análise documental, visando priorizar aquelas de maior risco para serem abordadas ao longo de 2022.
- Consultou a Alta Administração¹ e o Conselho² sobre suas expectativas.

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

O Órgão de Controle Interno está previsto no art. 27 da Lei Complementar nº 15.143/2018, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração. O órgão começou a se estruturar em setembro de 2021, com a nomeação de um servidor como responsável. O Regulamento do Órgão ainda está em tramitação.

Atualmente, o Órgão de Controle Interno conta ainda com apenas um servidor. Há expectativa de que ao longo do primeiro semestre seja agregado mais um servidor.

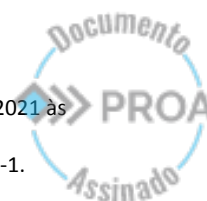
CONTEXTO ORGANIZACIONAL

O IPE PREV possui como missão organizacional *“Assegurar proteção social aos beneficiários do RPPS/RS na forma de aposentadoria, de transferência para a inatividade e de pensão por morte, com excelência na gestão financeira e dos benefícios, garantindo direitos previdenciários.”* Em seu plano estratégico para o período de 2020-2023, a Alta Administração fixou os seguintes objetivos de negócio:

1. Cumprir as obrigações previdenciárias, almejando o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/RS.
2. Modernizar a gestão e os serviços previdenciários.
3. Valorizar e qualificar os servidores e o Instituto.

¹ A alta administração foi consultada em reunião da Diretoria Executiva ocorrida no dia 07/12/2021 às 11h.

² O Conselho de Administração foi consultado por meio do expediente PROA 21/2442-0010186-1.



Nos últimos anos, o IPE PREV vem sofrendo uma significativa reestruturação. As áreas de saúde e previdência, anteriormente sob responsabilidade de uma única autarquia, foram segregadas entre entidades especializadas: o IPE PREV e o IPE SAÚDE. Nesse contexto, um importante marco legal foi a edição das Leis Complementares nº 15.142 e 15.143, ambas de 05 de abril de 2018, que disciplinaram, respectivamente, o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Estado do Rio Grande do Sul e a estrutura administrativa do IPE PREV. Deste então, o IPE PREV vem realizando esforços no sentido de se consolidar como gestor único do RPPS. Nesse sentido, a autarquia previdenciária aderiu ao Programa de Certificação Institucional e Modernização dos Regimes Próprios de Previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS, da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia. O Pró-Gestão estabelece um conjunto de boas práticas a serem implementadas pelos gestores dos RPPS e estabelece níveis de aderência a essas práticas. O programa está estruturado em quatro níveis e as entidades gestoras são certificadas com base no resultado de auditorias contratadas para este fim. Em dezembro de 2021, o IPE PREV obteve a certificação do nível 1.

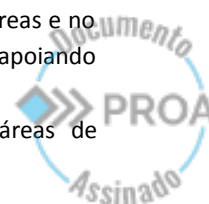
Em que pesem as transformações recentes e os desafios assumidos, constatamos que o nível de maturidade da gestão dos processos de negócios ainda é incipiente. Não há metas de desempenho definidas para a maioria das áreas, a padronização dos procedimentos por meio de manuais e normatização está em estágio inicial, há baixo nível de automação e pouca disponibilidade de informações relevantes para tomada de decisão. As boas práticas de gestão são pouco conhecidas e não é incomum que mesmo funcionários em nível de gerência dediquem a maior parte do seu tempo à execução em vez de gerenciar. Constata-se ainda a ausência de programas consistentes voltados para o aprimoramento profissional dos servidores.

ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Para o exercício de 2022, o Órgão de Controle Interno buscará apoiar a estratégia do IPE PREV atuando em trabalhos de abordagem mista, contendo elementos de serviços de avaliação e de consultoria. Os serviços de consultoria – em especial as atividades de treinamento, facilitação e assessoria – são eficazes para fomentar uma mudança de cultura e a difusão de boas práticas, algo necessário para que o IPE PREV atinja sua estratégia. Trabalhos de avaliação, por outro lado, visam fornecer opinião independente e objetiva sobre a situação atual dos processos de negócio para apoiar o Conselho, a alta administração e outras partes interessadas no desempenho de suas funções.

Desse modo, a atuação do Órgão de Controle Interno terá as seguintes diretrizes:

- Treinamento: capacitar as equipes da entidade nas áreas de governança, gestão, controle interno e riscos, apoiando o objetivo estratégico de “valorizar e qualificar os servidores e o Instituto”.
- Facilitação: engajar e apoiar as equipes no diagnóstico das suas respectivas áreas e no desenvolvimento de planos de ação para enfrentar as questões prioritizadas, apoiando o objetivo estratégico de “modernizar a gestão e os serviços previdenciários”.
- Assessoria: apoiar os gestores da entidade, fornecendo *expertise* nas áreas de governança, gestão, riscos e controles.



- Avaliação: manter a alta administração e o Conselho informados acerca da situação atual dos processos de negócio e dos projetos institucionais.

RISCOS À EXECUÇÃO DO PLANO

A prestação dos serviços de consultoria previstas neste Plano pressupõe um acordo entre a administração e a unidade de controle interno. Dessa forma, não havendo interesse da administração, não é possível prestar tais serviços de forma compulsória. Diante do risco de falta de interesse da administração em realizar acordos, a Unidade de Controle Interno:

- Buscará a sensibilização diretoria executiva e dos gerentes.
- Realizará apenas trabalhos de avaliação onde não houver demanda por serviços de consultoria, reportando as questões relevantes identificadas às instâncias adequadas (Conselho de Administração, Presidência, diretores, etc.).

Outro risco importante é o possível desinteresse dos servidores em se engajar nas atividades propostas. Nesse sentido, também é importante assegurar o patrocínio da alta gestão às iniciativas do Órgão de Controle Interno.

Por fim, outro risco significativo é a não alocação de ao menos mais um servidor com perfil adequado ao órgão de controle interno, o que limitará o escopo e a extensão dos trabalhos. O Órgão de Controle Interno buscará negociar com a administração do IPE Prev a obtenção dos recursos humanos necessários à execução do plano e à continuidade das suas operações no caso de exoneração do atual responsável.

UNIVERSO DE AUDITORIA

O universo de auditoria constitui o conjunto de áreas, processos de negócio ou projetos de uma entidade, sendo que cada um deles pode ser abordado em trabalhos de auditoria.

O IPE PREV está estruturado em três grandes áreas funcionais de responsabilidade de três diretorias, sob a coordenação da Presidência:

- Benefícios: responsável pela concessão e manutenção de benefícios.
- Investimentos: responsável pela gestão dos ativos do FUNDOPREV CIVIL e FUNDOPREV MILITAR.
- Administração e Finanças: responsável pela gestão dos recursos humanos, tecnológicos, patrimoniais, orçamentários e financeiros, bem como das compras e da infraestrutura física.

Dentre as áreas de mais alto risco, destacam-se:

Pensões e aposentadorias – lidam diretamente com os serviços aos beneficiários, sendo que deficiências no desempenho podem prejudicar a consecução do propósito da organização, sua

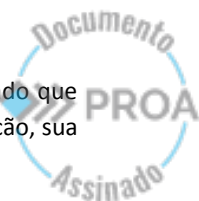


imagem e seus ativos. O processo de concessão de aposentadorias é recente no instituto (anteriormente era realizado pela SPGG) e ainda não dispõe de sistemas próprios para apoiar sua operacionalização e gerenciamento. Para fim de obter e manter a Certificação do PRÓ-GESTÃO nível 1, tais áreas devem ser auditadas com periodicidade no mínimo semestral.

Compensação previdenciária – lida com créditos do IPE PREV com outros regimes de previdência. Trata-se de uma área nova e em estruturação. Falhas nas operações podem levar a prescrição de créditos, acarretando prejuízos financeiros e apontamentos de órgãos de fiscalização.

Receitas – trata do acompanhamento e cobrança das receitas previdenciárias: patronais e dos servidores. São valores de grande vulto e a avaliação preliminar indicou possível precariedade dos controles existentes. Há um projeto em andamento para melhoria do processo. A área foi apontada como de interesse do Conselho de Administração, o qual manifestou preocupação em relação à pontualidade e regularidade dos repasses, bem como sobre eventuais encargos devidos no caso de atraso. O CA ainda manifestou preocupação sobre o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de precatórios a servidores.

Investimentos: Atualmente, administra uma carteira de mais de R\$ 3 bilhões em ativos. A equipe é composta do diretor e duas servidoras. Os processos de governança sobre os investimentos estão sendo implementados. Ainda há pendência na composição do Comitê de Investimentos. Atualmente, os investimentos do IPE PREV estão limitados a fundos de investimentos, não adquirindo diretamente ativos como títulos públicos, ações e outros títulos privados. Um dos objetivos da diretoria é obter a custódia plena e assim ter maior liberdade na gestão dos ativos ao não depender exclusivamente de fundos de investimentos.

CRONOGRAMA

Os trabalhos do Órgão de Controle Interno serão escalonados da seguinte maneira:

Período	Áreas abordadas
1º Trimestre	<p>1. Investimentos</p> <p><u>Natureza do trabalho:</u> trabalho de avaliação com base em riscos</p> <p><u>Escopo:</u> Deverá compreender o exame da adequação e eficácia dos mecanismos de governança e controle sobre os investimentos dos recursos do FUNDOPREV CIVIL e do FUNDOPREV MILITAR.</p>
2º Trimestre	<p>2. Pensões</p> <p><u>Natureza do trabalho:</u> trabalho de avaliação da conformidade</p> <p><u>Escopo:</u> Deverá considerar a análise da causa dos atrasos nas concessões, bem como eventuais não conformidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>3. Aposentadorias</p> <p><u>Natureza do trabalho:</u> trabalho de avaliação da conformidade</p> <p><u>Escopo:</u> Deverá considerar a análise da causa dos atrasos nas concessões, bem como eventuais não conformidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado.</p>



	<p>4. Pensões <u>Natureza do trabalho:</u> treinamento e facilitação – incluindo diagnóstico e plano de ação</p>
3º Trimestre	<p>5. Compensação Previdenciária <u>Natureza do trabalho:</u> trabalho de avaliação <u>Escopo:</u> avaliação da adequação e eficácia dos controles existentes frente aos riscos identificados</p> <p>6. Receitas <u>Natureza do trabalho:</u> trabalho de avaliação <u>Escopo:</u> avaliação da adequação e eficácia dos controles existentes frente aos riscos identificados. Deverá considerar a pontualidade dos repasses das receitas ao IPE PREV e a incidência de encargo sobre eventuais atrasos. Deverá considerar ainda a incidência de contribuição previdenciária sobre o pagamento de precatórios aos servidores públicos estaduais.</p>
4º Trimestre	<p>7. Pensões <u>Natureza do trabalho:</u> trabalho de avaliação da conformidade <u>Escopo:</u> avaliação da conformidade em relação às regras de negócio definidas pela administração e pela legislação. Deverá compreender o exame dos indeferimentos de benefícios.</p> <p>8. Aposentadorias <u>Natureza do trabalho:</u> trabalho de avaliação da conformidade <u>Escopo:</u> avaliação da conformidade em relação às regras de negócio definidas pela administração e pela legislação Deverá compreender o exame dos indeferimentos de benefícios.</p> <p>9. Pensões <u>Natureza do trabalho:</u> treinamento e facilitação – incluindo diagnóstico e plano de ação</p>

OUTROS SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Poderão ser prestados outros serviços de consultoria solicitados pela administração e pelo Conselho. Para fim de aceitação, o responsável pelo Órgão de Controle Interno avaliará a disponibilidade de competências, de tempo e o potencial de gerar valor do serviço proposto.

AVALIAÇÃO DO CLIENTE

Após a emissão do relatório de auditoria, os responsáveis pelas áreas serão convidados a participar de uma pesquisa de satisfação em relação ao trabalho realizado pelo Órgão de Controle Interno. O objetivo da avaliação será aferir se o trabalho cumpriu com seu propósito e se a equipe de auditoria adotou uma conduta profissional e ética.





TREINAMENTO

Ao longo do exercício de 2022, serão realizadas atividades de treinamento contabilizando no mínimo 40 horas por colaborador.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Órgão de Controle Interno prestará contas trimestralmente ao Conselho de Administração sobre a execução do Plano Anual de Auditoria, mediante emissão de relatório, formalizado em expediente PROA, o qual será publicado no sítio na web do IPE PREV.

REVISÃO DO PLANO

O Plano de Auditoria poderá ser revisto em resposta a mudanças no cenário ou nas premissas. As eventuais alterações serão objeto de aprovação pelo Conselho de Administração.

Porto Alegre, 25 de janeiro de 2022

Diego Souza Mendonça
Certified Internal Auditor
Órgão de Controle Interno





Nome do documento: PAA 2022.docx

Documento assinado por

Órgão/Grupo/Matrícula

Data

Diego Souza Mendonça

IPEPREV / IPEASS.CINT / 3949907

26/01/2022 10:20:10

